

# UM PRÍNCIPE MEDIEVAL EM DORES DO PARTO (1045-1085)\*

Leandro Duarte Rust\*\*

**Resumo:** segundo a interpretação largamente dominante na historiografia, a partir do século XI a Igreja de Roma avançou na construção de sua hegemonia política sobre a eclesiologia cristã. Este capítulo da história do Cristianismo ficou conhecido como a “Reforma Papal” e permaneceu associado à supremacia de um modelo misógino de ordem social, que teria tido como alicerce a repressão dos aspectos femininos na vida social, exigência de um ideal de separação entre laicos e religiosos. Este artigo discute esta caracterização histórica através do estudo das relações mantidas entre o papado de Gregório VII e Matilde, condessa da Toscana.

**Palavras-chave:** Papado Medieval. Matilde de Canossa. Gregório VII.

## A MEDIEVAL PRINCE IN LABOUR PAINS (1045-1085)

**Abstract:** *according to the interpretation largely dominant in historiography, from the 11th century onwards the Roman Church has made great progress in building a political hegemony over the Christian ecclesiology. This chapter of the history of Christianity became known as the “Papal Reform” and it remained associated to the supremacy of a misogynistic model of social order, which would have as its foundation the repression of the feminine aspects in the social life, demand of an ideal of separation between laics and religious groups. This article discusses this historical characterization by the study of relations maintained between the papacy ruled by Gregory VII and Matilde, Countess of Tuscany.*

**Keywords:** *Medieval Papacy. Matilde of Canossa. Gregory VII. Papal Reform. Eleventh century.*

*A irracionalidade de uma coisa não é um argumento contra a sua existência, mas sim uma condição para ela.*  
(Friedrich Nietzsche)

\* Recebido em: 20.06.2011.  
Aprovado em: 08.08.2011.

\*\* Doutor em História pela UFF. Professor no Departamento de História da UFMT. Pesquisador e Co-Fundador do Vivarium – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo. E-mail: leandrorust@yahoo.com.br.



Quando o assunto é “relações de gênero” a escrita da História Medieval apresenta um aspecto intrigante. Ao traçar o plano geral de suas leituras, os medievalistas empenhados em decifrar como eram definidos os papéis masculinos e femininos no Ocidente de mil anos atrás costumam incorporar fielmente as vívidas discussões que os estudos feministas têm impulsionado desde 1980. Lendo as seções introdutórias de seus textos, percebemos que a exigente e irrequieta atitude revisionista de autores como Joan Scott (1999) está ali, unindo as partes de um formidável quebra-cabeça intelectual para construir uma categoria conceitual versátil. Quer priorizem a teoria crítica da desconstrução de Jacques Derrida ou o relativismo da Antropologia Cultural, seus estudos percorrem horizontes científicos pós-estruturalistas no encalço de um mesmo propósito: modelar um prisma analítico flexível, relacional, talhado em filigrana para a tarefa de desmascarar as tramas de poder camufladas de “sujeitos universais” e “dualismos naturais”, como o binômio “homem e mulher” (AERS, STALEY, 1996, p. 1-14; BITEL, LIFSHITZ, 2008: 1-15; BRAUN PASTERNAK, FAMER, 2003, p. ix-xxvii; BROZYNA, 2005, p. 1-6; BRUBAKER, SMITTH, 2004, p. 1-22; CLASSEN, 2007, p. 1-36; MOONEY, 1999: ix-xii; STAFFORD, MULDER-BAKKER, 2001, p. 1-5).

Mas ao tratar da parte cabível aos eclesiásticos nestes romances de relações históricas, seus trabalhos costumam se tornarem rígidos, herméticos, repisando insistentemente a ideia de que os dispareos estratos clericais da civilização medieval estavam todos engolfados em uma mesma postura: a atitude misógina. Não é difícil seus textos nos levarem à convicção de que uma inescapável aversão a tudo que denotava feminilidade estaria incrustada nas hierarquias eclesiais, pesando sobre os ombros de seus integrantes juntamente com as vestes sacerdotais ou os hábitos monásticos. A premissa conceitual de uma incessante reconstrução das relações de gênero parece fraquejar e perder lugar para a convicção tácita na existência de uma índole misógina impiedosa, incorrigível como aspecto dado de uma vez por todas, inerente ao posto de “homem da Igreja”; algo que o historiador deveria esperar de todos os prelados medievais. É então que a arrojada sofisticação teórica balança, ganhando certas fissuras pelas quais se infiltra um enunciado simples, quicá esquemático, que pode ser assim formulado: “na visão de mundo partilhada pelos eclesiásticos medievais, o feminino era estigma” (Interpretação que se fez marcante em Blamires (1992, p. 50-98); Bloch e Ferguson, 1989, p. 1-24). Portanto, tendo a Idade Média por cenário histórico, os estudos de gênero correm o risco de atribuir à misoginia clerical precisamente as características que os próprios estudiosos deste campo intelectual elegeram como alvos prioritários da crítica revisionista: o essencialismo e a a-historicidade de certas assimetrias sócio-discursivas (AGUIAR, 1997, p. 95-114; AMELANG, NASH, 1990, p. 191-211).

O papado medieval do século XI é um caso emblemático de tudo quanto acabamos de dizer. Sua condição de protagonista da “primeira revolução européia” (MOORE, 2000, p. 14-15) justifica-se, na esmagadora maioria dos livros de História, por sua incomparável liderança na promoção de um modelo societal destinado a “separar” e “controlar” a atuação feminina. Dos anos 1050 em diante, os clérigos e monges à frente da Igreja romana teriam empenhado suas energias para traçar limites mais precisos entre assuntos seculares e espirituais no âmbito do convívio cristão. Isto teria exigido a implantação de uma vasta política de distinção sacerdotal do modo de vida laico. A sacralização da superioridade social do clero tornou-se o fim último da eclesiologia romana. A Santa Sé teria se convertido em núcleo de propagação de uma nova “*cultura clerical*” que rapidamente ganhou terreno histórico e se enraizou no estilo de vida das elites ocidentais, redefinindo as razões por trás de instituições, valores, condutas, crenças, objetos, imaginários. Em páginas clássicas, David Noble não teve dúvida: esta cultura clerical reescreveu “a correta ordem das coisas” com fortes tons misóginos e repressores, sempre com os olhos fixados no modelo ideal de um “*world without women*” (NOBLE, 1992). Ver ainda BERMAN, 1984, p. 85-121; CANTOR, 1958, p. 3-12; LEYSER, 1994, p. 1-21).

O poder pontifício teria desempenhado papel inigualável em um vasto esforço coletivo para redesenhar o mapa dos lugares sociais e levar a Cristandade a ver com clareza as funções cabíveis a cada um de seus integrantes, sobretudo no tocante às relações entre os homens e as mulheres. Sob a égide do papado, maior fôlego intelectual teria sido conferido à atitude de conceber os espaços onde eram decididos os rumos da vida cristã como domínios reservados por inteiro aos homens. Deste modo arrematava-se um processo histórico que remontava há séculos atrás e se confundia com a própria existência do Cristianismo. Afinal, junto às mãos dos sucessores de Pedro, as elites feudais teriam finalmente encontrado as justificativas de que tanto necessitavam para, de uma vez por todas, curvar as relações sociais à supremacia da superioridade masculina e patriarcal. Em troca, os papas esperariam



receber o auxílio material e a cooperação política indispensável para selar a vigência pública do culto ao celibato e do ideal de sacerdotes moralmente disciplinados, modelos encarnados de um “*secular womanless space*” (MCNAMARA, 2005, p. 118). E ainda Barstow (1982, p. 47-104); Brundage (1990, p. 176-228); Lauwers (1995, p. 279-317); Miller (2003, p. 25-52).

Nesta nova grade de classificação social, teorizada por eclesiásticos, mas compatível com a vasta reordenação das estruturas demográficas que percorria todo o Ocidente, restariam às mulheres – em especial às damas das nobrezas medievais – poucas possibilidades para uma efetiva atuação pública. Suas chances ficavam praticamente reduzidas aos êxitos possíveis de se alcançar nos caminhos da santidade, do ascetismo e do casamento. Isto explicaria porque o vínculo matrimonial recebeu os primeiros contornos de “sacramento” justamente nas últimas décadas do século XI: revestindo-o com novos sentidos teológicos, as elites clericais teriam justificado e fortalecido o novo enquadramento social da condição feminina. A dupla tutela masculina – clerical e nobiliárquica –, afirmada sobre as “esposas”, asseguraria uma maior subordinação das mulheres a papéis singulares, mais facilmente distinguíveis e controláveis no complexo curso das relações sociais (BERNOS, 1991, p. 93-130; BOURCHARD, 1981, p. 268-87; BROOKE, 1991, p. 63-87; DUBY, 1988, p. 93-134; DUBY, 1994, p. 105-19; L’HERMITE-LECLERQ, 1993, p. 273-330).

Pois bem, ilustre leitor. O propósito deste breve texto é colocar tudo o que acaba de ser dito em debate. Para isso, nos debruçaremos sobre alguns registros documentais das relações mantidas entre o papa Gregório VII – suposto expoente máximo de toda caracterização feita acima, conforme a historiografia – e uma dama da aristocracia do norte da península italiana: Matilde, condessa de Canossa. Começemos por uma rápida apresentação. Nascida em algum momento entre 1045 e 1046, das núpcias do marquês Bonifácio da Toscana com sua segunda esposa, Matilde pertenceu a uma linhagem influente, cuja ascensão política se traduzia em um patrimônio fundiário crescente e no controle de redes feudo-vassálicas cada vez mais extensas e apertadas. Seu pai impôs-se como poder hegemônico no norte peninsular após anos a fio de sucessos militares sobre a aristocracia local e de uma bem-sucedida aliança com o imperador Conrado II, permitindo-lhe cravar sua autoridade dos dois lados da cordilheira dos Apeninos, sobre as áreas da Emilia e da Lombardia (DONIZO, 2008, p. 51; DUFF, 1909, p. 10-31; FALCE, 1926, p. 119-24; HAY, 1990, 12-3; HUDDY, 1906: 1-24; VIOLANTE, 1972, p. 261-2).

Tal aliança rendeu a Bonifácio seu segundo casamento, com Beatriz, filha do duque da Alta Lorena. Partilhando dos mesmos antepassados do imperador Oto I, educada na corte dos sálios e aparentada à poderosa família germânica dos Welf, a esposa trazia consigo “o sangue de estirpe régia” (*genita regali*), atributo que deveria mudar a sorte do leito do marquês, que parecia triunfar sobre o mundo ao seu redor, mas falhava em assegurar a linhagem (DONIZO, 2008, p. 72-3; BERTOLINI, 1965, p. 352-63). Os frutos da união brotaram sem demora. Dela nasceram três filhos, Beatriz, Frederico e Matilde, a caçula, que antes mesmo de completar os dez anos conheceria a morte dos irmãos e o fardo de tornar-se a única herdeira dos Senhores da Toscana. Todavia, o matrimônio significou algo mais. Ao casar, Bonifácio desposou ainda sua entrada no formidável campo de relações de prestígio e influência de um cenário político ainda mais vasto: as terras germânicas d’Além-Alpes (TABACCO, 2005, p. 77; WOLFRAM, 2006, p.125-31).

Porém, ainda nos primeiros anos de vida de Matilde, a roda da fortuna política girou em compasso acelerado para a linhagem de Canossa. Em novembro de 1047, faleceu Suger, o conde de Mörsleben-Hornburg que a autoridade imperial elevava, há um ano, à dignidade de papa Clemente II. Sua morte – provocada por envenenamento, segundo rumores sinistros (LIBER PONTIFICALIS, 1957, p. 273) – era a oportunidade aguardada pela nobreza do Lácio para entronizar Theophylacto III, parente dos condes de Tusculum, como Bento IX. Tratava-se da tentativa de superar um revés: Bento foi um dos três pontífices depostos por Henrique III em 1046 e substituídos por Clemente. Apoiando este velho pretendente ao trono de Pedro, a nobreza do Lácio almejava reaver seu controle sobre a Sé Romana, assegurando-a para um dos seus, um magnata local. Mas, desta vez, as reivindicações de Bento não ressoavam apenas os interesses da nobreza romana. Seu retorno fora encorajado por um novo e poderosíssimo aliado: Bonifácio. Escortado pelas tropas do marquês da Toscana, ele ingressou em Roma e reteve a cidade em seu poder por oito meses, mesmo com o imperador tendo designado outro bispo germânico para a dignidade papal. Suas pretensões só fracassaram quando Bonifácio retirou seu



apoio, cedendo às ameaças germânicas de invadir o Lácio caso ele não cumprisse o dever de assegurar a entronização do candidato designado pelo imperador Henrique III, seu próprio suserano (ANNALES AUGUSTANI, 1852, p. 130; BONIZO DE SUTRI, 1897, p. 604-5. Ver ainda: BEOLCHINI, 2006, p. 72).

A participação de Bonifácio na sucessão papal de 1047 fez com que as relações entre o marquês e a coroa sália nunca mais fossem as mesmas. Encarada como prova de rebelião, sua conduta as desgastou irreversivelmente. Em pouco tempo elas resvalaram para a animosidade e daí para a hostilidade declarada. Em 1052, Bonifácio foi assassinado por cavaleiros ligados a nobres agraciados com favores imperiais (ANNALES AUGUSTANI, 1852, p.130; BONIZO DE SUTRI, 1897: 604-613; DONIZO, 2008, p. 93-105; GUALAZZINI, 1933, p. 67-83). No ano seguinte, com os dois partidos às voltas com a guerra aberta, Beatriz desposou Godofredo II, primo distante e à época rebelado contra Henrique III, que lhe negara a investidura do ducado da Lorena. A reação do monarca sálio ao casamento foi certa, fulminante. Em pouco menos de três anos, as hostes imperiais marcharam sobre o norte peninsular, expulsaram Godofredo, arrancando-lhe as possessões toscanas, para então tomar o caminho de volta levando Beatriz e sua filha como prisioneiras (VIOLANTE, 1972, p. 256-62). Nos meses seguintes, o marquês encabeçou numerosas revoltas e persistentes alianças anti-imperiais, desgastando a autoridade de Henrique. Cujas mortes, no ano de 1056, abriria caminho para a paz. Ou melhor, para uma conciliação recesa e quebradiça (BERTHOLDO, 1844, p. 268-70; DONIZO, 2008, p. 106-9. E ainda DUFF, 1909, p. 33-6; HAY, 1990, p. 13-4). Conciliação que ruiu como um castelo de cartas diante de um realinhamento de forças políticas do qual o papado foi, novamente, o pivô histórico.

Nos anos de 1058 e 1061, a eleição pontifícia foi disputada de maneira acirrada. Nas duas ocasiões, dois partidos clericais se formaram, reivindicando para um dos seus o trono de Pedro. Em ambas as circunstâncias, a casa de Canossa e os interesses imperiais figuraram em lados opostos. Arrastados para os conflitos por suas teias de alianças, cada um deles tomou o partido de um candidato diferente, somando outras rivalidades à sua já frágil relação. As duas disputas foram vencidas por candidatos oriundos da mesma região: a Toscana. A primeira, pelo bispo de Florença, que tomou o nome de Nicolau II; a segunda, pelo eclesiástico à frente da igreja de Lucca, aclamado como papa Alexandre II. Ambos eram “homens de Godofredo” e suas vitórias ressoaram do outro lado dos Alpes como humilhações da dignidade imperial (PEDRO DAMIANO, 1867, p. 67-90; DONIZO, 2008, p. 106-109). Eis a herança política de Matilde: aos quinze anos, ela era a única detentora da obra do “grande Bonifácio” (*magni Bonifacii*) (DONIZO, 2008, p. 74) e figurava, simultaneamente, como protetora do controverso papado empossado há vinte anos e como notório obstáculo da hegemonia germânica sobre a península italiana.

Pouco após completar vinte anos nossa personagem vivenciou algo que selaria o curso de sua vida: a participação em uma campanha militar. Em 1067, ela juntou-se ao padrao e ao papa Alexandre à frente dos exércitos reunidos para libertar as áreas ao sul de Roma do jugo normando. Nas palavras de Bonizo, bispo de Sutri e partidário da causa papal, *et hoc primum servitium excellentissima Bonifacii filia beato apostolorum principi obtulit* (“e este [foi o] primeiro auxílio que a excelentíssima filha de Bonifácio ofereceu ao bem-aventurado príncipe dos apóstolos”) (BONIZO, 1897, p. 599). Indagar se é seguro considerar essa passagem como indício documental de que Matilde vestiu armadura e empunhou armas é, aqui, preocupação secundária. O fundamental não está em examinar se ela cumpriu, pessoalmente, as obrigações militares feudais habitualmente identificadas pelo termo *servitium*, ou se ela apenas prestou algum auxílio em geral, o “simples serviço” de oferecer sua presença (NIERMEYER, 1976, p. 964-5). A relevância maior da passagem acima repousa na seguinte constatação: o emprego de tal vocábulo indica a presença de nossa personagem em um teatro de ações sociais visto pelos estudiosos como intransigentemente reservado aos varões feudais. E se considerarmos mais cuidadosamente as palavras do bispo, perceberemos que ele não se limitou a localizá-la no centro de práticas masculinas, assuntos de guerreiros e prelados. Ele lhe conferiu um papel ativo, uma participação efetiva, qual sujeito dotado de iniciativa própria: afinal, “ela ofereceu o auxílio”.

Logo, este pequenino fragmento documental expressa algo de enorme relevância: o reconhecimento de Matilde como ocupante legítima de um posto de poder senhorial. E não era para menos. Com o passar dos anos, sua mãe tinha lhe assegurado a posse de domínios territoriais invejáveis, extensos e abastados: *oppida, castella, marcham, propriam quoque terram rite gubernavit, tenuit, comitissa Beatrix* (“fortalezas, castelos, a marca e as próprias terras conservou a condessa Beatriz e governou corretamente”) (DONIZO, 2008, p. 104-5). Viúva, Beatriz fez avançar a ancestral ascensão da casa de



Canossa: seguiu transformando os muitos poderes e privilégios acumulados pela linhagem em uma sólida linha de fortalezas, que sobressaíam na paisagem rural por sua robustez defensiva e por serem prósperos núcleos de colonização e expansão agrícola. A subordinação dos senhorios eclesiásticos e a limitação da constituição de autonomias cidadinas continuaram a reger o exercício do poder senhorial na Toscana (DILCHER & VIOLANTE, 1996; MONTANARI, 2002; PROVERO, 1998; WICKHAM, 1988). E Beatriz o fez certificando-se de que a filha partilhasse da presidência de numerosas cortes, envolvendo-a no arbítrio de litígios e no estabelecimento de pactos (HAY, 1990, p. 23-31).

Quando um velho clérigo romano foi escolhido papa com o nome de Gregório VII, em 1073, o poder e o prestígio senhoriais das damas da Toscana pareciam contar com a aceitação majoritária da cúpula da Igreja Romana. Beatriz – provavelmente acompanhada por Matilde - esteve presente na cerimônia de coroação do novo pontífice (BONIZO, 1897, p. 601; DONIZO, 2008, p. 111-117). Bispos queixosos eram pessoalmente recomendados a levar os litígios a suas audiências e instruídos, por ordem papal, a acatar seus julgamentos (GREGÓRIO VII, 1920, lib. 1, ep., 21, p. 34-5, ep., 50, p. 75-6). Ambas participaram de sínodos reunidos pela autoridade apostólica (BONIZO, 1987, p. 602-5; MANN, 1925, p. 67-8; WATTERICH, 1860-1862, v. 1, p. 310). Os vínculos que uniam mãe e filha ao governo da Santa Sé eram tantos e tão estreitos, que bastou a Gregório ouvir os rumores de que elas pretendiam se entregar à solidão da vida monástica para ele ser tomado pelo impulso de escrever-lhes uma carta singular.

Rendido à força afetiva de suas próprias palavras e fraquejando no rigor dos modos verbais, o velho pontífice disse-lhes:

*Scit enim caritas vestas et omnino, ut reor, intelligit, quod in omnibus actibus vestris honorem Dei vestramque salutem requiro. Et ideo cum propheta dico: "Sacrificate sacrificium iustitiae et sperate in Domino" et iterum: "iudicate pupillo et defendite viduas et venite et arguite me, dicit Dominus". Ex amore quidem Dei proximum diligendo adiuvaré miseris et oppressis subvenire, orationibus ieiuniis vigiliis et aliis quam pluribus bonis operibus prepono, quia veram caritatem cunctis virtutibus preferre cum apostolo non dubito. Nam si hec mater omnium virtutum, que Deum de celo in terram, ut nostram miseriam ferret, compulsi venire, me non instrueret et esset, qui miseris et oppressis ecclesiis vestra vice subveniret ac universali ecclesie deserviret, ut saeculum relinqueretis cum omnibus eius curis, monere procurarem. Sed quia de vestra aula, ut multi principes, Deum non abicitis, immo sacrificio iustitiae ad eam venire invitatis, rogamus vos et ut karissimas filias ammonemus, bonum quod cepistis ad perfectum finem perducatis. Non favor humanus, non amor pecuniae, non desiderium vane glorie vestrum sacrificium possit obfuscare. Vili enim pretio magnam rem vendit, qui huius vite intuitu Deo servit. Quod vobis, quas sincero corde diligo, parum scribo, gravi cura me implicitum esse manifesto. Vobis enim in talibus non aliquem vicarium in dictando acquirere, sed me ipsum labori, licet rusticano stilo, subpono, quia, si diliger ut diligo, nullum mortalium mihi preponi a vobis cognosco (GREGÓRIO VII, 1920, lib. 1, ep. 50, p. 76-77).*

Pois vossa caridade sabe e, como acredito, compreende inteiramente que em todas as vossas ações eu busco a honra a Deus e vossa própria salvação. E assim digo com o Profeta, "Ofereci o sacrifício da 'justiça' e confiei no Senhor", e novamente "fazei 'justiça' ao órfão e protegei as viúvas, vinde, então, e argüi-me, diz o Senhor". Pelo amor do próprio Deus, manter próximos os amados para 'auxiliar os miseráveis e assistir os oprimidos' é algo que eu coloco à frente de orações, jejuns, vigílias e outras boas ações, posto que, como o Apóstolo, não hesito em preferir a verdadeira caridade a todas as virtudes. E uma vez que esta mãe de todas as virtudes, [a caridade], a qual compeliu Deus a vir dos céus para a terra para suportar nossa miséria, não me instruiu, 'e se houvesse alguém' que em vosso lugar viesse em socorro das igrejas miseráveis e oprimidas e se colocasse a serviço da igreja universal, eu dolorosamente as aconselharia a deixar esse mundo' e todos seus cuidados. 'Uma vez que vós não tendes, como muitos príncipes, empurrado Deus para fora de vosso palácio, mas antes vós o tendes chamado a ingressar nele pelo sacrifício da retidão, nós vos pedimos e exortamos, como caríssimas filhas, que vós conduzais a um fim perfeito a boa obra que começastes'. Que nenhum favor humano, nenhum amor por dinheiro, nenhum desejo pela vã glória possa ofuscar vosso sacrifício. Pois, [ao agir assim], aquele cuja vida tem o intuito de ser a Deus vende uma coisa grandiosa por preço vil. Quanto a isso, eu escrevo um pouco a vós, a quem amo com coração sincero, e deixo claro que estou tomado por grande cuidado. Pois não emprego encarregado algum na composição de uma carta para vós sobre estas questões, mas eu mesmo me inclino à tarefa, embora de forma desajeitada; pois, se eu sou amado como amo, sei que nenhuma pessoa mortal me é preferível a vós (os grifos são nossos).

A ideia das damas de Canossa se recolherem à clausura perturbava o espírito do papa. Elas não deveriam renunciar ao mundo (*saeculum*). Sua presença em meio ao convívio cristão era imprescindível. Verdaderamente insubstituível, confessou-lhes Gregório. Porém, não por desempenharem o



papel exemplar de mãe, esposa, virgem ou santa – conforme nos faz supor a historiografia. Mas porque ambas eram responsáveis pela proteção dos indefesos, por zelar pelos fracos, “auxiliar os miseráveis e assistir os oprimidos”. A unidade da comunidade cristã, isto é, a preservação da “igreja universal”, repousava sobre seus ombros. Isto porque aquelas duas mulheres mantinham acesa a chama de uma qualidade vital a toda *societas christiana*: a justiça (*iustitiae*). Partilhando ombro a ombro com os demais príncipes as responsabilidades de responder pela retidão cristã - em verdade, cumprindo-as com maior esmero, uma vez que, ao contrário de muitos deles, elas “não empurravam Deus para fora de seu palácio” -, as duas damas não poderiam deixar inacabada a defesa da justiça. Não deviam pôr em risco a vida dos homens neste mundo. Seu propósito, ou antes, sua “obra” consistia em conservar essa virtude sublime, suprema, preferível a todo ato penitencial como orações, jejuns ou vigília. Aos olhos pontifícios, Matilde e sua mãe tinham inestimável papel a cumprir no exercício do que então se entendia por “*regimen do governo cristão*” (COWDREY, 1998, p. 554-564; SENELLART, 2006, p. 22-31; ULLMANN, 1961, p. 271-289). Em outras palavras, dando vida a seu pensamento político com um típico tom pastoral, Gregório VII inquietou-se diante da possibilidade daquelas mulheres abdicarem ao lugar que lhes cabia na conservação daquilo que nós, leitores do século XXI, chamaríamos de “ordem pública medieval”.

A pertinência desta afirmação ganha contornos mais nítidos quando nos damos conta da ríspida reação do pontífice à notícia de que o duque Hugo I da Borgonha havia renunciado ao mundo para se recolher à solidão monástica de Cluny. Confrontado com o fato consumado, impossibilitado de demover o duque, assim como fizera com as damas de Canossa, restou a Gregório remoer seus protestos e enviá-los ao abade cluniacense na forma desta epístola:

*Tulisti vel recepisti duces in Cluniacensem quietem et fecisti, ut centum milia christianorum careant custode. Quodsi nostra exhortatio apud te parum valuit et apostolice sedis preceptum oboedientiam in te, ut te decet, non invenit, cur gemitus pauperum lacrimae viduarum devastatio ecclesiarum clamor orfanorum dolor et murmur sacerdotum et monachorum te non terruerunt, ut illud quod apostolus dicit non postponeres, videlicet: “Caritas non que sua sunt querit” et illud in corde, ut soles, haberes: “Qui diligit proximum legem implevit”? Hec ideo dicimus quia, quod vix aliquis princeps bonus invenitur, dolemus (GREGÓRIO VII, 1920, lib. 6, ep. 17, p. 423-4).*

Tu retiraste ou recebeste o duque na quietude de Cluny e fizeste com que uma centena de milhares de cristãos careça de um guardião! Embora nossas exortações tenham sido pouco para ti e a ordem da Sé Apostólica não encontrou em ti a obediência esperada, por que os gemidos dos pobres, as lágrimas das viúvas, a devastação das igrejas, o choro dos órfãos, a angústia e a queixa dos sacerdotes e monges não levaram temor ao teu coração de modo a que tu não desprezasses o que diz o Apóstolo, “a caridade não busca os seus próprios” e para que tu tivesses mantido no coração, como tu estás acostumado, isto “Aquele que ama seu próximo cumpriu a lei”? [...] Nós nos expressamos desta maneira porque nos aflige que tão poucos bons príncipes possam ser encontrados.

A correta ordem (*regimine*) da sociedade cristã repousava não mais de senhores como o duque da Borgonha e a condessa de Canossa. Seu vasto patrimônio e sua capacidade militar eram a base de uma autoridade insubstituível, sem a qual reinava um vazio de injustiças sobre os fracos e de devastações sobre as coisas santas.

A carta acima deixa transparecer a imagem de um papado senhorial ou, se preferirmos assim, “feudal”: dependente de um exercício altamente *patrimonializado* do poder. O suposto anseio daquelas duas damas pela solidão contemplativa não era razão suficiente para escapar à realidade política peninsular, na qual a preservação da ordem e da hierarquia entre os estratos sociais recaía sobre a riqueza e o prestígio de famílias específicas. Seus líderes não podiam se recolher ao silêncio ou deixar-se cair no isolamento quando a legitimidade da autoridade e do poder repousava em suas mãos (WICKHAM, 1995, p. 223-6). Gregório enxergava Matilde e sua mãe assim: como lideranças incontornáveis. Cujo retiro espiritual romperia a boa ordem das coisas e enfraqueceria a paz social. Declarando um amor paternal sem igual, a mensagem pontifícia enviada à Canossa reforçava uma solidariedade política. Cada uma de suas frases apertava os laços de dependência pessoal existentes entre o bispo de Roma e a casa condal da Toscana. Aquela carta selava um pacto senhorial. Seu latim simples e despojado se desfazia em elogios a uma aliança principesca, para a qual o sucessor de Pedro possuía grandes planos,



revelados alguns meses depois, quando o papa solicitou à Matilde que tomasse parte de uma cruzada em socorro aos cristãos do Oriente:

*Quanta sit mihi meditatio quantumque desiderium mare transeundi, ut christianis qui more pecundum a paganis occiduntur Christo fauente ualeam succurrere, erubesco quibusdam dicere ne uidear aliqua duci leuitate. Sed tibi, o charissima plena dilectione filia, nil horum dubito indicare, de cuius prudentiae studio quantum possim praesumere tu ipsa uix poteris exprimere. Quapropter uisis super hac re nostris literis quas mitto ultramontanis, si quid potes adhibere consilium immo creatori tuo adiutorium summopere procura, quia si pulchrum est, ut quidam dicunt, pro patria mori, pulcherrimum est ac ualde gloriosum carnem morticinam pro Christo dare, qui esta eterna uita. Credo enim multos milites in tali labore nobis fauere, ipsam etiam nostram imperatricem nobiscum ad illas partes uelle uenire teque secum ducere, matre tua in partibus his relicta pro tuendis rebus communibus; quia sic tute Christo iuuante possemus abire. Proinde praedicta imperatrix causa orationis ueniens multos ad hoc opus una tecum posset animare. Ego autem talibus ornatus sororibus libentissime mare transirem ut animam meam, si oporteret, uobiscum pro Christo ponerem, quas mihi semper cupio in aeterna patria adhere. Quid super hac re et de tuo aduentu Romam tibi uideatur, citissime procura rescribere. Quam Dominus omnipotens de uirtute in uirtutem ducendo dignetur benedicere, ut uniuersalis mater lono tempore de te possit gaudere (GREGÓRIO VII, 2002, p. 10-2).*

Para que eu não pareça movido por mero capricho, envergonho-me de dizer a alguns quão firmes são meu propósito e meu desejo de cruzar o mar para, com a ajuda de Cristo, socorrer os cristãos que estão sendo massacrados como ovelhas pelos pagãos. Mas a ti, ‘minha filha muitíssimo amada’, eu não hesito em exprimir nenhum desses [pensamentos], pois tenho mais confiança em tua zelosa prudência do que tu mesma podes expressar. Portanto, quando tu tiveres lido minha carta sobre este assunto, a qual enviei aos fiéis do Além Alpes, faz tudo que puderes para dar teu conselho e, sobretudo, teu auxílio, a teu Criador. Se, como alguns têm dito, é belo morrer por nossa pátria, é algo bellissimo e verdadeiramente glorioso oferecer nossa carne corruptível para Cristo, que é vida eterna. ‘Eu acredito que muitos homens de armas nos apóiam em tal obra, e também que nossa própria imperatriz deseja ir conosco para aquelas terras, levando-te com ela e deixando tua mãe nestas terras para proteger nossos interesses comuns’; para que assim nós possamos partir em segurança com o auxílio de Cristo. Se a imperatriz for, e dedicar-se às orações, juntamente contigo, ela encorajará muitos a esta obra. E eu, ‘ornado com tais irmã, cruzarei o mar com grande alegria e, se for necessário, colocarei minha alma a serviço de Cristo convosco, quem eu espero ter sempre a meu lado em nossa pátria eterna. Procure enviar o quanto antes a resposta de tua decisão sobre esta questão e ainda sobre tua vinda a Roma. Que o Senhor Onipotente graciosamente te abençoe e te guie de virtude em virtude, para que nossa mãe universal possa se alegrar contigo por um longo tempo (Os grifos são nossos).

Segundo a interpretação vigente entre os historiadores, no momento em que esta carta foi escrita – 16 de dezembro de 1074 – a busca pela separação entre assuntos “eclesiásticos” e “laicos” estava fixada na mente dos homens a serviço do papado como um princípio fulcral e inadiável. Quando consideravam o mundo ao seu redor, todos eles viam a existência humana repartida entre esses dois domínios, como se próprio Criador tivesse dividido a vida em duas partes, dois lados destinados a conviver sem jamais perder suas distinções, sem nunca apagar ou sequer borrar a linha que os dividia (ROBINSON, 1973, p. 184-5; TIERNEY, 1988, p. 46-52). Bem, não é o que encontramos nas palavras papais transcritas acima. Elas falam antes de união, afinidades e convergência. Expressam o zelo papal em prol dos “interesses comuns” (*rebus communibus*) partilhados entre os homens da Igreja romana e o altivo poder secular da Toscana. Tratava-se de uma estreita associação senhorial, da qual o velho eclesiástico romano esperava haurir a lealdade de “homens em armas” (*militēs*), além de conselhos e auxílios para levar a cabo uma expedição militar que instalaria a paz no santo sepulcro de Cristo. Aliança senhorial que o próprio Gregório VII pretendia confiar a um guardião inequívoco: Beatriz de Canossa. Uma mulher. Enquanto o papa estivesse ausente, transpondo mares rumo ao Oriente, caberia a ela zelar pelos interesses da Sé de Roma.

Ao lidar com Matilde e sua mãe, a cúpula eclesiástica romana tecia laços, em primeiro lugar e acima de tudo, com personagens bem-nascidos, líderes nobiliárquicos ou “príncipes”, conforme o próprio vocabulário papal. Mas em momento algum isto os fazia perder de vista a condição feminina daqueles partidários. Os registros papais, sobretudo a correspondência de Gregório VII, não parecem evidenciar nenhum processo de drástica alteração ou negação da identidade de gênero daquelas damas. Reconhecê-las como ocupantes legítimas de um lugar efetivo ao lado dos homens no mundo senhorial não parece ter exigido ao poder pontifício o acionamento de um discurso que as virilizasse



ou masculinizasse (Como nos fazem supor, por exemplo: Bitel e Lifshitz (2008, p. 1-15); Carpenter e Maclean (1990, p. 1-26). Sem maiores traços de santidade, tampouco de realeza, a imagem atribuída a Matilde e Beatriz pelo olhar clerical não foi delineada como o reflexo incontornável de uma ficção misógina na superioridade masculina. Premissa de (MCNAMARA, 1994, p. 3-30). As epístolas enviadas à Canossa dirigiam-se a “*caríssimas filhas de Pedro*”, mãe e filha. Suas mensagens confiavam a mulheres a incumbência de pronunciar-se sobre litígios eclesiásticos, participar de concílios, tomar a espada na mão e acorrer para defender os fracos e fazer justiça à verdadeira fé cristã. Mais do que conquistar a remissão dos próprios pecados, se esperava que elas auxiliassem na conquista da salvação de muitos, que velassem pela saúde das almas dos verdadeiros cristãos como “irmãs” (*sororibus*) do vigário de Pedro na Terra. Seu lugar no interior da igreja cristã - atribuído pessoalmente pelo próprio Gregório VII - transpunha os limites dos usuais espaços femininos atribuídos à Idade Média pela historiografia (Nos referimos, sobretudo (RAGUIN; STANBURY, 2005).

Não nos deixemos levar pelo indisfarçável tom patriarcal das epístolas. Ele não denota uma forma de tratamento especificamente orientada por impressões de gênero. Ao contrário, este eco de princípios pastorais encontra-se por toda correspondência gregoriana, dirigido até mesmo ao imperador. A identidade social atribuída pelo papa à suas interlocutoras da Toscana deve ser buscada em outros cadinhos documentais. Que vez ou outra despontam com maior visibilidade, como acontece nesta outra carta, endereçada à condessa de Canossa em outubro de 1074:

*Non vos fugit varios sepe ad nos rumores de vobis afferri, sicut mos eorum est, qui amicorum dilectioni invident et unanimitati. Et quidem, si nos talibus aures, quod absit, acclinare vellemus, non multi sunt, in quibus sincera dilectionis affectum nobis patere crederemus. Sed nos nihil fere potius quam suspectum animum fugientes in veritate vobis loquimur, quo in nullis terrarum principibus tutius quam in vestra nobilitate confidimus, quoniam hoc verba hoc facta hoc pie devotionis studia hoc fidei vestra preclara nos constantia docuerunt. Nec dubitamus, quin vestra in nobis vera nitescat caritas, cum per PETRUM servus et PETRUS in servo diligitur.*

*De cetero scitote nos preter spem omnium qui nobiscum erant infirmitatem corporis evasisse et iam bonam valitudinem recepisse. Unde nobis dolendum potius quam gaudendum esse putamus. Tendeat enim anima nostra et toto desiderio ad illam patriam anhelabat, in qua ille, qui laborem et dolorem considerat, lassis quietem et refrigerium prestat. Verum reservati adhuc ad consuetos labores et infinitas sollicitudines in singulas horas quasi parturientes dolores et angustias patimur, dum pene in oculis nostris naufragantem ecclesiam nullo valemus eripere gubernaculo. Lex enim et religio christiana ita fere ubique deperit, ut Sarraceni et quilibet pagani suos ritus firmiter teneant, quam illi, qui christianum nomen acceperunt et quibus in regno patris per Christum hereditas et eterne vite gloria parata est, divine legis mandata custodiant. Quo minus mirandum est, si huius lucis erummas spe superne consolationis fugere cupimus, qui in his positi in sola cognitione inundantium periculorum singulorum penas luimus.*

*Preterea scitote Robertum Guiscardum sepe supplices legatos ad nos mittere et tanta fidelitatis securitate se in manus nostras dari cupere, ut nemo unquam firmiori obligatione se cuilibet domino debeat vel possit astringere. Sed nos non incertas rationes, cur illud sit adhuc differendum, considerantes superne dispensationis et apostolice procurationis consilia prestolamur. Ad hec alteram vestrum hoc in tempore transalpinaturam intelleximus, sed prius, si fieri posset, ambarum colloquium uti multum desideramus, quoniam vestra consilia sicut sororum nostrarum et filiarum sancti PETRI in causis et negotiis nostris habere desideramus (GREGÓRIO VII. Registrum, lib. 2, ep. 9: 138-9).*

Não vos tem escapado que vários rumores sobre vós são freqüentemente trazidos a nós, como é o costume dos que invejam o amor e a concórdia de amigos. E, tendes certeza, se – que Deus não permita – nós desejarmos inclinar nossos ouvidos a tais pessoas, não serão muitos nos quais nós acreditaríamos encontrar o zelo de um sincero amor dedicado a nós. Mas, evitando uma mente desconfiada, contra a qual não há quase nada mais forte, dizemos a vós que, verdadeiramente, em nenhum dos príncipes de quaisquer terras nós confiamos mais seguramente do que em vossas excelências; uma vez que palavras, ações, zelo de pia devoção, constância de vossa fé: cada uma e todas essas coisas têm chegado até nós [ a seu respeito]. E não duvidamos que vossa verdadeira caridade reluz brilhantemente em direção a nós, uma vez que o servo é amado em PEDRO e PEDRO no servo.

Quanto ao restante, sabeis que, excedendo a esperança de todos que têm estado conosco, nos livramos da doença de nosso corpo e retornamos à boa saúde. Sobre isso, consideramos que deveria haver lamento por nós ao invés de alegria. Pois nossa alma aspira e anseia com todo desejo por aquela pátria na qual Ele, que observa o labor e o sofrimento, oferece descanso e alívio aos fatigados. Porém, preservados para nossos costumeiros labores e infinitos cuidados, a cada hora sofremos como se sentíssemos as dores e aflições de uma parturiente, quando não possuímos vigor para conduzir o leme e resgatar a igreja que naufraga perante nossos olhos. Pois a lei e a religião cristã têm perecido por todos os lugares, de modo que os Sarracenos e



quaisquer pagãos mantêm seus ritos mais resolutamente do que aqueles que receberam o nome de cristãos e pelos quais a herança e a glória da vida eterna foram depositadas por Cristo no reino do Pai. Portanto, é a menor das coisas a ser admirada que nós desejemos deixar as angústias deste mundo em esperança de fugir para a consolação celestial, quando colocados nelas nós sofremos as penas por cada uma [delas] através do conhecimento dos perigos que inundam [a vida terrena].

Ademais, sabeis que Robert Guiscard repetidas vezes envia-nos mensageiros suplicantes e deseja se entregar em nossas mãos por uma promessa tão segura de fidelidade que ninguém jamais poderá se confiar a um senhor por uma obrigação mais rigorosa. Mas, tendo em mente algumas razões não incertas pelas quais isto deveria ser adiado, nós aguardamos os conselhos da divina providência e da orientação apostólica. Quanto a isso, ouvimos que uma de vós está a cruzar as montanhas, mas, primeiro, se for possível, ‘nós desejamos ter o benefício de uma audiência com ambas, pois desejamos ter vosso conselho em nossos assuntos e questões como o de nossas filhas e irmãs de São Pedro’ (os grifos são nossos).

Ao ler essas linhas tracejadas com amargura, fica difícil saber o que exigiu ao papa maior esforço: reerguer-se da doença ou recair nas atribuições do cotidiano. Gregório parecia ter encontrado na enfermidade um alívio, um alento. Pois aquele estado o tinha afastado dessa coisa triste, dessa maçada pesada que era seu próprio dia-a-dia. A rotina dos fardos humanos doía-lhe. Pungia-lhe por dentro ao ponto de fazer seu espírito se contorcer e gemer como uma mulher ao dar à luz uma criança. Para expressar a intensidade de sua dor interior, o pontífice recorreu a essa metáfora maternal. Seu apelo não era inédito. Não apenas porque tal analogia encontra-se nas Escrituras (Jeremias 22: 23), mas também pelo fato de que ela alcançaria um crescente emprego entre os eclesiásticos na passagem do século XI para o XII.

A cada década, um número cada vez maior de bispos e abades recorria a essa imagem para expressar a carga afetiva envolvida no exercício da autoridade eclesiástica e no próprio fortalecimento dos laços de união e subordinação das comunidades submetidas à sua tutela. O forte senso hierárquico-disciplinar conjugado nessas construções de gênero explicaria por que suas aplicações legais e pastorais foram mais freqüentes e profundamente exploradas pelos polemistas comprometidos com a “reforma da igreja cristã” (MCLAUGHLIN, 2010, p. 92-160). Segundo a historiografia, com tal símbolo, clérigos e monges professavam persuasivamente o que pensavam sobre si mesmos e como percebiam seu lugar no interior da ordem social cristã, mas o faziam através de uma sublimação, de uma figuração inteiramente simbólica. Referindo a si mesmos como símbolos maternos, eles representavam a magnitude atribuída à sua própria masculinidade. Não expressavam, necessariamente, uma compreensão quanto à importância das mulheres como mães: o que faziam era trazer à tona uma medida de sua própria grandeza. A feminilidade discursiva aqui impressa sobre a linguagem eclesial não implicava na atenção *de facto* a valores e papéis associados à mulher ou à condição feminina socialmente existente (BYNUM, 1984, p. 166-169; MCLAUGHLIN, 1975, p. 228-248). Não parece ser este o caso da epístola acima.

Sugerir que a analogia em questão serviu para reforçar afetivamente a autoridade de Gregório parece-nos uma afirmação plausível, acertada mesmo. Por sua vez, considerar tal metáfora uma espécie de ponto-cego da visão eclesiástica sobre a identidade social feminina é algo que não podemos aceitar tão facilmente quando se trata das epístolas papais. É preciso dar ouvidos a Ian Stuart Robinson em seu pertinente esclarecimento de que “*these allegoriae are more than metaphors: they are fully developed ecclesiological ideas of great power and complexity*” (ROBINSON, 1988, p. 252). No caso que aqui temos debatido, isto requer prestar atenção em um aspecto presente em todas as cartas endereçadas à Condessa de Canossa. A saber: a metáfora maternal surgia na escrita papal rodeada por outra analogia, que identificava os interlocutores papais como “filhas e irmãs de Pedro” e de seu vigário na terra. Ao recorrer à conhecida fórmula textual através da qual uma voz masculina era associada ao inigualável choro de uma parturiente, o bispo de Roma ativou um artifício discursivo capaz de associar maiores qualidades emocionais à sua autoridade episcopal tanto quanto de ajustar o teor de sua mensagem à identidade do destinatário: Matilde da Toscana. Que ganhava, com isso, uma espécie de reflexo discursivo, imagem familiar o suficiente para suscitar um reconhecimento espontâneo com a eclesiologia romana. Polissêmica e paradoxal, aquela fórmula servia à re-afirmação da índole masculina do poder pontifício enquanto, *simultaneamente*, enfatizava as qualidades femininas de seu aliado aristocrático do norte peninsular. O emprego da analogia marca a adequação dos dizeres papais à necessidade de aguçar a receptividade de seu singular interlocutor, fazer com que a carta enviada o cativasse e levasse



a reconhecer um pouco de si mesmo naquelas letras, favorecendo ainda mais sua inclusão na eclesiologia cristã.

Em outras palavras, a semelhança alegada pelo próprio Gregório VII estava a serviço do fortalecimento de um laço identitário entre o papado e o “príncipe” (*princeps*) feminino da Toscana. Símbolo de autoridade, a imagem da maternidade deve ser igualmente considerada um recurso persuasivo direcionado a um nobre que crescera e fora preparado para as dores do parto, cujo corpo era o próprio berço do desígnio maternal esperado de uma “filha muitíssimo amada”. Nesta e em outras cartas gregorianas (GREGÓRIO VII, 1920, lib. 1, ep. 47, p. 71-3), a metáfora maternal alinhou-se a um conjunto de imagens que expressaram o reconhecimento e a aceitação pontifícia a respeito da legítima condição feminina do ilustre poder senhorial da casa dos condes de Canossa. Em síntese: a analogia tomada de empréstimo por Gregório para expressar seu sofrimento pode ser considerada um marcador textual da percepção pontifícia acerca da alteridade de seu aliado nobiliárquico, da heteronomia de seu partidário de Canossa. Era, portanto, uma adequação da fala papal às expectativas de sentido do “outro”: um príncipe capaz de viver as dores do parto.

Entretanto, cuidado. É preciso medir as palavras. De tudo quanto foi dito, nada – assim esperamos – deve sugerir que tal “percepção de alteridade” resultava de alguma racionalidade estratégica, de um cálculo intencional. Pelo contrário, a trama de sentidos que produziu essa intrigante combinação de relações de gênero não pode ser reduzida a uma invenção da mente pontifícia. Não se trata de um resultado de operações narrativas intencionalmente manejadas por Gregório. Seu uso epistolar obedeceu a razões históricas maiores que a personalidade ou a lucidez política dos ocupantes do trono de Pedro. A imagem de Matilde como um “príncipe feminino” derivava de uma discursividade alimentada pela junção da materialidade do poder senhorial da casa condal da Toscana e da fragilidade política do papado de meados do século XI. A flexibilidade, - e poderíamos até mesmo dizer - a imprevisibilidade com que os aspectos de gênero se combinaram no olhar eclesiástico contido nas cartas gregorianas eram exigências de uma singular posição de poder. Dito de um modo mais direto: tais diferenças de gênero tornaram-se assimiláveis, possíveis, por que, politicamente falando, o apoio do senhor da Toscana era imprescindível para a manutenção do delicado equilíbrio de forças pretendido pela Santa Sé para a península. Essa afirmação requer uma rápida contextualização.

Desde meados do século XI, a cúpula papal permanecia sob poder de bispos alheios às grandes linhagens aristocráticas do Lácio e seus arredores. Tão logo o primeiro de uma série de pontífices germânicos sentou-se no trono apostólico, no Natal de 1046, os poderosos locais aproximaram-se pela oposição. Velhas rinhas senhoriais foram deixadas de lado para resistir ao que parecia ser um adversário comum: um pontífice não-romano. Controlando ruas, torres e bairros, eles mantinham áreas inteiras de Roma inacessíveis para o séquito papal, que era assim forçado a respirar uma atmosfera de insegurança. Enquanto isso, no lado de fora das muralhas da *urbe*, seus aliados apoderavam-se do patrimônio eclesiástico: um após outro, os pontífices seguiam queixando-se de invasões a terras da suas igrejas, do desvio de rendas devidas aos seus altares. Ao falecimento do papa reinante seguia-se o surgimento de inéditas alianças nobiliárquicas, formadas sob o propósito de assegurar a sucessão apostólica para um clérigo pertencente aos quadros senhoriais locais. A morte de um papa era cercada de grandes repercussões: para a aristocracia, ela anunciava um vazio, a brecha que permitia almejar a substituição daquela liderança eclesiástica vital e, assim, restaurar o antigo equilíbrio da hegemonia local; para o clero papal era uma verdadeira provação política, que colocava em jogo a perpetuação de seu governo sobre aquela igreja, exigindo o empenho de promessas e a multiplicação das alianças (BEOLCHINI, 2006, p. 61-78; DI CARPEGNA FALCONERI, 2002, p. 74-92).

O áspero antagonismo envolvendo o papado e a nobreza rapidamente se alastrou pela península, e se fez particularmente grave e tenso ao norte, onde o então tradicional domínio senhorial era abalado por duradouras transformações sociais. Lá, a Santa Sé foi arrastada para enfrentamentos que desafiaram os limites da ordem vigente. É o que podemos ver através dos episódios turbulentos – e repetidas vezes coroados com desfechos sangrentos - envolvendo o papado e movimentos religiosos de reputação herética; ataques armados a concílios legatinos; virulentas disputas com os poderes seculares pela designação dos bispos e arcebispos (RUST, 2010: 63-195). Precisamente nesta região, no vórtice deste vendaval de conflitos, estavam os domínios dos condes de Canossa.



Tratava-se, portanto, de um aliado a ser mantido a todo custo. Era preciso afiançar seu lugar insubstituível na eclesiologia romana, sua irretocável legitimidade. Aquele ‘príncipe’ era um sustentáculo da política papal e, conseqüentemente, um fundamento prático do exercício pontifício do poder e da autoridade. Este vínculo devia ser preservado, mesmo após o título de Senhor da Toscana ter recaído sobre os ombros de uma ‘mulher’, Matilde. A versatilidade das combinações de gênero apresentadas pela pena gregoriana respondia a essa realidade. Através dela, o regime discursivo pontifício pôde investir uma antiga metáfora com novo significado, novo sentido enunciativo, capaz de abarcar as especificidades da experiência de poder vivida perante a linhagem de Canossa. Tais combinações permitiram à política papal reinventar-se de modo a dar cabo do desafio de assegurar a inclusão daquela mulher singular, que foi Matilde da Toscana, no estreito círculo decisório da eclesiologia governada pela Santa Sé. Pressionado pela vulnerabilidade face aos senhores italianos, o papado encontrou-se em condições reais de superar os obstáculos discursivos existentes para o oferecimento de uma aceitação eclesiástica à existência de um líder nobiliárquico legitimamente feminino, de uma mulher portadora dos atributos políticos tipicamente feudais, masculinos, “príncipescos”. Explicar historicamente o envolvimento do poder papal com a emergência de lideranças medievais femininas não requer que o transformemos em símbolo arquetípico de uma androginia inconsciente, como propôs um medievalista brasileiro (FRANCO JÚNIOR, 2010, p. 193-215). Implica - isto sim - em não perder de vista a incessante reconstrução da ação política papal, sua inesgotável capacidade de reformular-se e adaptar-se aos desafios históricos. Capacidade viabilizada pela incidência de relações sociais como as de gênero, cujo permanente movimento e fluidez imprimem sobre o terra-a-terra da realidade coletiva as qualidades irredutíveis da ambigüidade, ambivalência e contraditoriedade.

É preciso não desligar a política pontifícia da concretude e do imediatismo com que os sujeitos históricos articulavam as tensões cotidianas, de como eles as assimilavam na medida em que as reconstruíam como diferenças plausíveis às suas expectativas de sentido. Quanto a isso cabe reter o essencial do que foi aqui apresentado: o papado medieval atribuía qualidades femininas à *persona* de Matilde, não a sua posição de poder. Em momento algum ela deixou de ser “príncipe”. As cartas gregorianas não a reconheciam como “princesa”. Enxergavam-na como a ocupante legítima de um posto de varão. É precisamente aqui que a categoria gênero mostra-se valiosa. Isto é, ao realçar a característica histórica que adquiriu importância singular na existência de Matilde: que os referenciais de feminino e masculino definem-se sempre um em função do outro, combinam-se por cruzamentos infundáveis, tão variáveis e únicos como são os tempos e lugares da própria História. E, sobretudo, esta categoria conceitual é útil para revelar que as aproximações ou mesmo as fusões dos elementos constitutivos das identidades sociais não significam uma anulação da tensão que os atravessa, tampouco fazem arrefecer as desigualdades presentes na vida em sociedade (BUTLER, 2003). No tocante à política papal e sua relação com Matilde de Canossa, uma lição a ser extraída parece ser esta: reconhecendo a legitimidade de um detentor feminino das atribuições senhoriais sobre a Toscana, o papado resguardava a pluralidade das formas de exercer um poder propriamente masculino.

Essa conclusão nos coloca na contramão de muitas certezas historiográficas acerca do século XI. Em primeiro lugar, ela não nos remete à imagem de uma mulher em desacerto com sua posição de poder; forçada, pela misoginia reinante, a viver com um propósito impossível, a suportar uma meta de vida destinada a permanecer inacabada, desdenhada: pertencer, sem maiores reservas, ao universo político de sua época. À luz do significado de sua imagem para o papado, Matilde não aparece como personagem estigmatizado, atormentado por uma “crise de identidade” (REYNOLDS, 2002, p. 1-13) ou uma “solidão incompreendida” (FUMAGALLI, 1999, p. 42-90). Além disso, ao invés de nos apresentar uma Sé de Roma empenhada em separar e restringir a presença de aspectos femininos nos jogos senhoriais de poder, essa conclusão nos remete a fusões, amálgamas de qualidades de gênero acolhidas e propagadas pelo próprio papado. Afinal, a cúpula romana não lidou com a condessa da Toscana como se adentrasse a um universo dominado pelo espectro pecador de Eva, reino de tentações a ser conquistado por um *imperium* masculino sobre a sexualidade, erguido e defendido com as armas do celibato, da santidade e do matrimônio. Não. Foi o próprio papa Gregório VII – concebido por muitos historiadores como o astro-rei da misoginia reformadora medieval – quem fez ecoar a plena aceitação pontifícia à fusão entre, de um lado, os aspectos masculinos associados à “função principesca” e, de outro, as características femininas decorrentes das *personas* que ocupavam tal função: Beatriz e, pos-



teriormente, Matilde de Canossa. As cartas ditadas pelo velho padre demonstram que, no âmbito da política pontifícia, as articulações de gênero eram produto da difícil realidade da inserção senhorial da Igreja Romana, atravessavam-na com forças ativas, criadoras mesmo, permitindo à cúpula papal superá-la, alterá-la, reconstruí-la.

Uma vez alcançado este ponto de nossas reflexões, o próximo passo seria examinar os significados dessa contra-história do “papado reformador” para a compreensão da realidade do século XI. Isto é, deveríamos agora indagar se tudo o que foi analisado não passou de uma exceção, de uma ocorrência pontual que não altera as atuais linhas de força do entendimento histórico ou, ao contrário, se o tratamento dispensado ao senhor de Canossa consistiu em um caso emblemático, num registro de constantes históricas, no retrato de algum feixe de relações regularmente tecidas pelos integrantes do poder papal. Bom, caro leitor, este desafio fica para outro artigo.

## Referências

- AERS, David & STALEY, Lynn (Ed.). *The Powers of the Holy: religion, politics, and gender in late medieval English Culture*. Philadelphia, Pennsylvania University Press, 1996.
- ANNALES AUGUSTANI. MGH SS, 1852, tomo III
- AGUIAR, Neuma (Ed.). *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997.
- ALSOP, Rachel et alii. *Theorizing Gender*. Cambridge, Polity Press, 2002.
- AMELANG, James & NASH, Mary (Ed.). *Historia y Género: las mujeres en la Europa Moderna y Contemporánea*. Valencia, Alfons el Magnànim, 1990.
- BARSTOW, Anne Llewellyn. *Married Priests and the Reforming Papacy: the eleventh-century debates*. New York-Toronto, The Edwin Mellen Pressm 1982.
- BEOLCHINI, Valeria. *Tusculum II: Tuscolo, una roccaforte dinastica a controllo della Valle latina. Fonti storiche e dati archeologici*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2006.
- BERMAN, Harold J. *Law and Revolution: the formation of western legal tradition*. Cambridge, Harvard University Press, 1984.
- BERNOS, Marcel et alii. *O Fruto Proibido*. Lisboa, Edições 70, 1991.
- BERTHOLDO. *Annales*. MGH SS, 1844, tomo V.
- BERTOLINI, M. G. Beatrice di Lorena, marchesa e duchessa di Toscana. In: *Dizionario Biografico degli Italiani*. Roma, tomo VII, 1965.
- BITEL, Lisa & LIFSHITZ, Felice (Ed.). *Gender and Christianity in Medieval Europe: new perspectives*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2008.
- BONIZO DE SUTRI. *Liber Ad Amicum*. MGH Ldl, 1897, tomo I. BLAMIRE, Alcuin (Ed.). *Woman Defamed and Woman Defended: an anthology of medieval texts*. Oxford, University of Oxford Press, 1992.
- BLOCH, Howard & FERGUSON, Frances (Ed.). *Misogyny, Misandry and Misanthropy*. Los Angeles, University of California Press, 1989.
- BOUCHARD, Constance B. Consanguinity and Noble Marriages in the Tenth and Eleventh Centuries. *Speculum*, vol. 56, n. 02, 1981, pp. 268-287.
- BRAUN PASTERNAK, Carol & FAMER, Sharon (Ed.). *Gender and Difference in the Middle Ages*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 2003.
- BROOKE, Christopher. *O Casamento na Idade Média*. Lisboa, Europa-América, 1991.
- BROZYNA, Martha (Ed.). *Gender and Sexuality in the Middle Ages*. Jefferson, McFarlane, 2005.
- BRUBAKER, Leslie & SMITTH, Julia. *Gender in the Early Medieval World: East and West, 300-900*. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.
- BRUNDAGE, James A. *Law, Sex, and Christian Society in Medieval Europe*. Chicago, University of Chicago Press, 1990.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.



- BYNUM, Caroline Walker. *Jesus as Mother: studies in the spirituality of the High Middle Ages*. Los Angeles, University of California Press, 1984.
- CANTOR, Norman. *Church, Kingship and Lay Investiture in England (1089-1135)*. Princeton, Princeton University Press, 1958.
- CARPENTER, Jennifer; MACLEAN, Sally-Beth (Ed.). *Power of the Weak: studies on medieval women*. Toronto, University of Toronto Press, 1990.
- CLASSEN, Albrecht. *The Power of a Woman's Voice in Medieval and Early Modern Literatures*. Berlin, Walter de Gruyter, 2007.
- COATES, Jennifer (Ed.). *Language and Gender: a reader*. New York, Blackwell, 1998.
- CONNELL, Raewyn. *Short Introductions: gender*. Cambridge, Polity Press, 2009.
- COWDREY, Herbert Edward J. *Pope Gregory VII (1073-1085)*. Oxford, Oxford University Press, 1998.
- DI CARPEGNA FALCONERI, Tommaso. *Il Clero di Roma nel Medioevo: istituzioni e politica cittadina (secoli VIII-XIII)*. Roma: Viella, 2002.
- DILCHER, Gerhard & VIOLANTE, Cinzio (Ed.). *Strutture e trasformazioni della signoria rurale nei secoli X-XIII*. Bologna, Istituto Istorico Italo-Germanico, 1996.
- DONIZO. *Vita Mathildis: vita do Matilde di Canossa*. Ed. Paolo Golinelli. Milão, Jaca Book, 2008 (Biblioteca di Cultura Medievale).
- DUBY, Georges. *O Cavaleiro, a Mulher e o Padre*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988.
- DUBY, Georges. *Love and Marriage in the Middle Ages*. Chicago, University of Chicago Press, 1994.
- DUFF, Nora. *Matilde of Tuscany: la gran donna d'Itália*. Londres, Methuen, 1909.
- DUCHESNE, Louis (Ed.). *Liber Pontificalis*. Paris: Éditions du Boccard, 1955-1957.
- FALCE, Antonio. *Bonifacio di Canossa, Padre di Matilde*. Reggio Emilia, Bizzocchi, 1926-1927, 2 vol.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Os Três Dedos de Adão: ensaios de mitologia medieval*. São Paulo, EdUSP, 2010.
- FUMAGALLI, Vito. *Matilde Di Canossa: el poder y la soledad de una mujer del Medioevo*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1999.
- GREGÓRIO VII. *Registrum*. Ed. Eric Gaspar. MGH Epp. Sel., 1920, 2 tomos.
- GREGÓRIO VII. *Epistolae Vagantes*. Ed. Herbert Edward John Cowdrey. Oxford, Oxford University Press, 2002
- GUALAZZINI, Ugo. Per la storia dei rapporti tra Enrico III e Bonifacio di Canossa. *Archivio Storico Italiano*, s. 7, vol. 19, 1933, pp. 67-83.
- HAY, David John. *The Campaigns of Countess Matilde of Canossa (1046-1115): an analysis of the history and social significance of a woman's military leadership*. Toronto, University of Toronto, 2000 (Medieval Studies, Doctoral Thesis).
- HUDDY, Mary E. *Matilde: Countess of Tuscany*. Londres, John Long, 1906.
- KNUDSON-MARTIN, Carmen & MAHONEY, Anne Rankin (Ed.). *Couples, Gender and Power: creating change in intimate relationships*. New York, Springer Publishing, 2009.
- LAMAS, M. (Org.). *El Género: la construccion cultural de la diferencia sexual*. Cidade do México, PUEG, 1996.
- LAUWERS Michel. L'Institution et le Genre. À propos de l'accès des femmes au sacré dans l'Occident medieval. *Clio, Histoire, Femmes et Sociétés*, vol. 2, 1995, pp. 279-317.
- LEYSER, Karl. *Communications and Power in Medieval Europe: the gregorian revolution and beyond*. Londres, Continuum International Publishing Group, 1994.
- L'HERMITE-LECLERQ, Paulette. A Ordem Feudal (séculos XI-XII). In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle (Org.). *História das Mulheres: a Idade Média*. Lisboa, Afrontamentos, 1993, pp. 273-330.
- MANN, Horace. *The Lives of the Popes in the Middle Ages*. Londres, Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., 1925, vol. 7.
- MCLAUGHLIN, Eleanor. Christ my mother: feminine naming and metaphors in medieval spirituality. *Nashota Review*, vol. 15, 1975, p. 228-48.
- MCLAUGHLIN, Megan. *Sex, Gender and Episcopal Authority in an Age of Reform, 1100-1122*. Cambridge, Cambridge University Press, 2010.
- MCNAMARA, Jo Ann. The Herrenfrage: the restructuring of the gender system, 1050-1150. In: LEES, Clare A. (Ed.). *Medieval Masculinities: regarding men in the Middle Ages*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1994.
- MCNAMARA, Jo Ann. Canossa, ungendering of the public man. In: BERMAN, Constance Hoffman (Ed.). *Medieval Religion: new approaches*. New York & London, Routledge, 2005.



- MONTANARI, Massimo. *Il trionfo dei poteri locali nelle campagne e nelle città, Secoli X-XI. Storia medievale*, Roma-Bari, Laterza, 2002.
- MOONEY, Catherine (Ed.). *Gendered Voices: medieval saints and their interpreters*. Philadelphia, Pennsylvania University Press, 1999.
- NIERMEYER, J. F. *Mediae Latinitatis Lexicon Minus*. Leiden, Brill, 1976.
- MILLER, Maureen C. Masculinity, Reform, and Clerical Culture: Narratives of Episcopal Holiness in the Gregorian Era. *Church History*, vol. 72, n. 01, 2003, PP. 25-52.
- MOORE, Robert Ian. *The First European Revolution (970-1215)*. Oxford, Blacwell, 2000.
- NOBLE, David. *A World without Women: the Christian Clerical Culture of Western Science*. Oxford, Oxford University Press, 1992.
- PEDRO DAMIANO. *Disceptatio Synodalis Inter Regis Advocatum et Romanae Ecclesiae Defensorem*. PL, 1867, v. 145.
- PROVERO, Luigi, *L'Italia dei poteri locali. Secoli X-XII*. Roma, Carocci, 1998.
- RAGUIN, Chieffo & STANBURY, Sarah (Ed.). *Women's Space: patronage, place, gender in the medieval church*. Albany, State University of New York Press, 2005.
- REYNOLDS, Rosalind Jaeger. Reading Matilde: the Self-Fashioning of a Duchess. *Essays in Medieval Studies*, vol. 19, 2002, p. 1-13.
- ROBINSON, Ian Stuart. Gregory VII and the Soldiers of Christ. *History*, vol. 58, 1973, pp. 184-191.
- ROBINSON, Ian Stuart. Church and Papacy. In: BURNS, J. H. (Ed.). *Cambridge History of Medieval Political Thought: c. 350 - c.1450*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- RUST, Leandro Duarte. "Colunas Vivas de São Pedro": concílios, temporalidades e reforma na história institucional do papado medieval (1046-1215). Niterói, UFF, 2010 (História, Tese de Doutorado), 2 vol.
- SCOTT, Joan. Gender as a useful category of historical analysis. In: *Gender and the Politics of History*. New York, Columbia UPress, 1999, pp.28-50.
- SENELLART, Michel. *As Artes de Governar*. São Paulo, Editora 34, 2006.
- STAFFORD, Pauline & MULDER-BAKKER, Anneke (Ed.). *Gendering the Middle Ages*. Oxford, Blackwell, 2001.
- TABACCO, Giovanni. Northern and Central Italy in Eleventh Century. In: LUSCOMBE, David Edward et alii (Ed.). *The New Cambridge Medieval History*. Cambridge, Cambridge University Press, 2005, v. 4, parte II, p. 72-93.
- TIERNEY, Brian. *The Crisis of Church and State*. Toronto, University of Toronto Press, 1988.
- ULLMANN, Walter. *Principles of Government and Politics in the Middle Ages*. Londres, Methuen, 1961.
- VIOLANTE, Cinzio. Aspetti della politica italiana di Enrico III prima della sua discesa in Italia (1039-1043). In: VIOLANTE, Cinzio. *Studi sulla Cristianità Medievale: società, istituzioni, spiritualità*. Milão, Vita e Pensiero, 1972.
- WATTERICH, Johann Matthias. (Ed.). *Pontificum Romanorum Vitae qui fuerunt inde ab exeunte saeculo IX usque ad finem saeculi XIII*. Leipzig: 1860-1862, 2 vol.
- WICKHAM, Chris. Property ownership and signorial power in twelfth-century Tuscany. In: DAVIES, Wendy & FOURACRE, Paul (Ed.). *Property and Power in the Early Middle Ages*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
- WICKHAM, Chris. *The Mountains and the City: the Tuscan Appennines in the early Middle Ages*. Oxford, Oxford University Press, 1988.
- WOLFRAM, Herwig. *Conrad II, 990-1039: emperor of three kingdoms*. University Park, Pennsylvania State University Press, 2006.

